



Anais da Assembleia

Nº 16

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1.980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1.980

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ WEIMAND, industrial em Porto União e ex-Vereador na mesma cidade.

Pessoa altamente relacionada com a sociedade, deixa grande consternação em toda a região, pois constituiu-se sempre num exemplo para todos, tanto como chefe de família, político, e por trabalhos comunitários desenvolvidos.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Professor Alberto Metzler, 641, em Porto União, SC.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e Diretor do DER, sugerindo a criação do PROGRAMA DE APOIO AO AGRICULTOR (PROA).

O PROA consistirá na criação de patrulhas com pessoal técnico e equipamentos rodoviários compostas de 1 Engenhei-

ro, 1 topógrafo, uma equipe especializada em pontes e um laboratorista, bem como dos seguintes equipamentos: 4 moto-niveladoras, 1 trator de esteiras, 1 pá carregadeira, 5 caminhões com caçamba, e um rolo compactador de cascalho.

O PROA ficará junto às sedes dos Distritos Rodoviários e atuará dentro dos limites dos mesmos.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem envidado esforços para responder ao apelo do Presidente da República, para produzir alimentos, especialmente os destinados à exportação, para com isso contrabalançar a balança de pagamentos.

Uma das grandes dificuldades é o escoamento da produção da zona rural para os centros de comercialização e exportação. Isto se deve a inúmeros fatores.

Primeiramente, todos têm consciência e conhecimento do grave problema que os municípios enfrentam, especialmente a falta de recursos para poder atender aos inúmeros encargos que aumentam dia a dia, em todos os setores, e um dos que são afetados é a impossibilidade de manter as estradas do interior em condições de tráfego, o que muitas vezes ocasiona perda de safras.

Em segundo lugar, com o aumento de estradas asfaltadas em nosso Estado, os Distritos Rodoviários dedicam-se praticamente à conservação destas rodovias, com prejuízo para as vicinais.

Em verdade, existe o PROSAFRA, programa que vem dando apoio às Prefeituras, tanto na abertura de novas estradas quanto na construção de pontes de madeira e mistas, mas ainda é pouco para que o fruto do trabalho do agricultor chegue com mais segurança, maior rapidez e eficiência ao consumidor.

É com o intuito de agilizar e visando socorrer às Prefeituras, especialmente as de médio e pequeno porte, que oferecemos a sugestão da criação do PROGRAMA DE APOIO AO AGRICULTOR (PROA).

A estrutura do PROA é simples, pois seria aproveitada a mesma dos Distritos Rodoviários, onde as patrulhas técnicas e de equipamentos, ficariam.

Estas patrulhas atuariam nos municípios abrandidos pelos distritos, dentro das prioridades e os trabalhos seriam feitos em ritmo de "rusch" passando por todo o município e só então passariam a outras comunas.

Por outra parte, ofereceriam uma assistência ou assessoria técnica aos funcionários das prefeituras que geralmente carecem de elemento humano especializado por falta de recursos para poder contratar o pessoal especializado.

O PROA, a nosso ver, é uma necessidade urgente, tanto para responder ao apelo que a Nação faz, quanto para aliviar a sobrecarga que pesa sobre os municípios, mas sobretudo é indispensável para aliviar o nosso agricultor que muitas vezes perde o trabalho na hora de comercializá-lo por não poder sair de sua propriedade.

Temos certeza que o Governo de Ney Braga, que tem feito ingentes esforços atenderá o nosso pedido e o nosso apelo, e proporá para exame desta Casa a criação do Programa de Apoio ao Agricultor (PROA).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado

ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando os estudos que se fizerem necessários com vistas à elevação para Entrância Intermediária da Comarca de Iporã.

Esta medida se justifica pelo fato de ser expressivo o volume de trabalho na forma da progressiva comarca.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, ofício solicitando melhorias na estrada que liga Irati - Ponta Grossa, notadamente no trecho entre a localidade de Guaraci e Ponta Grossa, bem como na passagem de nível localizada na referida localidade.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

As medidas solicitadas se fazem necessárias, até com muita urgência, face às péssimas condições em que se encontra o trecho citado e a referida passagem de nível que, devido ao seu estado precário, vem causando vários acidentes e continua colocando em perigo a segurança dos veículos que por ali trafegam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o adiamento da discussão por quinze (15) dias, do requerimento de minha autoria, que encaminha cópia de representação em que o Sr. João Veiga faz contra o Sr. Luiz Carlos Stanislawzik, Prefeito do Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980.

(a) CYRO MARTINS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de telex à Comissão de Agricultura e Política Rural e aos líderes dos blocos do PDS, PMDB, PP, PTB e PT na Câmara Federal, solicitando a rápida instalação da CPI de ITAIPU, bem como requer, o apoio desta Assembléia Legislativa à iniciativa do Deputado Federal, Nivaldo Krüger.

Requer também, o envio de expediente ao Deputado Federal Nivaldo Krüger, comunicando o teor do presente.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Desde a criação da Itaipu Binacional, através do Tratado Internacional celebrado entre o Brasil e o Paraguai, em 26 de abril de 1973, dúvidas foram levantadas sobre a sua natureza jurídica e sobre a aplicabilidade à entidade dos controles financeiros, interno e externo, previstos na legislação brasileira.

A CPI de Itaipu é profundamente necessária, pois a Binacional, embora mantida à custa de vultuosíssimos recursos financeiros fornecidos pelos governos brasileiro e paraguaio, não está sujeita às "normas aplicáveis a agentes públicos e entidades públicas nacionais, sob forma de inspeção administrativa ou supervisão hierárquicas, e de controle interno ou externo, constantes do direito constitucional ou administrativo brasileiro", uma vez que o controle interno é da competência do Conselho da Administração da mencionada entidade, enquanto que o controle externo cabe à ELETROBRÁS (pelo

Brasil), e à ANDE (pelo Paraguai).

3) Assim sendo, a situação gerada pelo Tratado que criou Itaipu Binacional, no que tange à ausência de controle externo é esdrúxula, insustentável, pois a Constituição Federal, em seu artigo 70, § 1.º, prevê o exercício da fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas, o que por si só justifica a Comissão Parlamentar de Inquérito em referência, principalmente porque já se passaram quase sete anos e nenhuma medida fiscalizatória nesse sentido, foi tomada.

4) Esta CPI virá fortalecer ainda mais o firme propósito de fazer do Legislativo um verdadeiro Poder, pois até o momento já se gastaram nove bilhões e 90 milhões de dólares na construção da hidrelétrica de Itaipu, obra por demais questionada nos seus mais diversos aspectos.

5) Os valores pagos aos expropriados pelo Programa de Indenizações da Binacional, em que pese o seu Diretor Geral, Sr. José Costa Cavalcanti, afirmar que os mesmos estão de acordo com o mercado imobiliário da região, estão aquém dos normais, tanto é que os agricultores não conseguem adquirir, na região, áreas do mesmo tamanho com o que é pago pela entidade.

Além de não haver nenhuma preocupação social com os expropriados que, obrigatoriamente, tomam novos rumos porque terão suas terras inundadas. Acresce-se mais, e demora nas indenizações que estão a provocar uma grande tensão social na região.

6) A CPI deve analisar também, a situação dos milhares de trabalhadores da Binacional, no que se refere a salários, moradia, assistência médica e previdenciária, acidentes de trabalho, mortes, etc., além das consequências sociais que advirão, no final da construção com o elevado número de desempregos.

7) O problema ecológico, até agora pouco discutido, deverá ser objeto de profunda análise na Comissão Parlamentar de Inquérito, pois há uma preocupação em torno da erosão, clima, inclusive sobre estudos de possibilidade de terremotos na região, face o acomodamento do solo e subsolo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência comunica a presença, em plenário, com muita honra para esta Casa, do Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina, Dr. Alcino Dias dos Reis.

A Presidência registra, com satisfação, a presença da Senhorita Marise Kirinus, Miss Paraná.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho procurado ter, nesta Casa, um comportamento que não permita a suspeição de sensacionalismo ou coisa parecida.

Entretanto, a omissão e a conivência das autoridades maiores, observadas na denúncia que ora passo a fazer, obrigam-me a um pronunciamento diferente dos que aqui tenho feito.

Em Joaquim Távora, existe um único hospital, credenciado pelo INAMPS e FUNRURAL, dirigido por um médico irresponsável, violento, arbitrário e bilioso.

Curiosamente, nos fins de semana, é proibido que alguém naquela cidade fique doente, porque o médico faz seus plantões em Curitiba ou nas praias sulistas, ou ainda, junto às suas propriedades rurais e interesses fora do município e bem distantes de Joaquim Távora.

Ai de quem reclamar, Sr. Presidente. Entrará em sua lista negra e aí será negado tratamento médico também no horário rotineiro e bancário que o médico, falso sacerdote da saúde e traidor de um juramento feito, estabeleceu para sua comunidade.

Quantas denúncias nos chegaram de cirurgia desnecessária feitas apenas para engrossar sua conta junto à Previdência, e que colocam a população em verdadeiro estado de pavor em dele receber a assistência. Um simples curativo de ferimento superficial num dedo de um paciente, redundou em vergonhosa amputação, porque curativo não dá conta alta.

O Vereador Mauro da Silva França, fez várias denúncias junto à Câmara Municipal. De nada adiantaram. Pelo contrário, provocou o aumento da lista negra de não atendimento.

Por este Vereador, esgotando-se qualquer possibilidade de se resolver o problema pelas vias comunitárias do município, chegou às minhas mãos um memorial, assinado por duzentos cidadãos daquela comunidade, enfatizando o estado de abandono e de perseguição que se criava com as atitudes nazistas do médico único e privilegiado.

Em companhia de líderes municipais e comunitários, o Vereador Mauro da Silva França e eu estivemos visitando o médico Alcení Guerra, Superintendente Regional do INAMPS, entregando-lhe o memorial e fazendo pessoalmente as mesmas denúncias e outras mais graves.

Recebemos o compromisso de uma severa sindicância, urgente e séria. Isto em outubro do ano passado.

Nada foi feito. Pior que isto. Num ato de irresponsabilidade, a Superintendência Regional fez chegar às mãos do médico indiciado, uma cópia do memorial, em um estranho espírito de corpo, que passa a não atender mais ninguém que tenha assinado o manifesto, assim como a seus familiares.

Mais que isto, passa a fazer ameaças de toda ordem que ele denomina de líderes de movimento, afirmando ter em Alcení Guerra um aliado, e que quem tem caneta na mão faz o que quer.

Alcení Guerra, pois, é cúmplice das marmeladas do Hospital de Joaquim Távora, e não pode mais continuar gerindo qualquer negócio público. Deve ser afastado imediatamente do INAMPS, pois está brincando com a saúde do povo do Norte Pioneiro.

Por isto, encaminho o seguinte requerimento: (Lê) "Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais e ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente, com cópias do seu pronunciamento, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando medidas urgentes e definitivas para sanar as gravíssimas irregularidades observadas no atendimento aos previdenciários do Município de Joaquim Távora, por parte do hospital credenciado que, além de negligência e atos de quebra dos princípios da ética profissional e funcional, conta ainda com a cobertura do Sr. Superintendente Regional do INAMPS, médico Alcení Guerra, colocando a população local em situação verdadeiramente calamitosa, forçando-a a procurar em outras cidades e até mesmo em outros Estados, o tratamento médico que lhe é negado.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1980".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Demos entrada hoje, nesta Casa, de um requerimento endereçado ao Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, sugerindo a criação de um programa de apoio ao agricultor, através da Secretaria dos Transportes do nosso Estado.

Nós que representamos uma região do interior do Paraná, sentimos a grande dificuldade que as Prefeituras Municipais têm tido no sentido de dar condições razoáveis de tráfego para escoamento de nossas safras.

Por este motivo, entramos com esta solicitação, à qual pedimos o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa.

O Paraná tem dado esforços para responder ao apelo do Sr. Presidente da República, para produzir alimentos, especialmente os destinados à exportação, para, com isso, contrabalançar a balança de pagamentos.

Uma das grandes dificuldades é o escoamento da produção da zona rural, para os centros de comercialização e exportação. Isto se deve a inúmeros fatores: primeiramente, todos têm consciência e conhecimento do grave problema que os municípios enfrentam, especialmente a falta de recursos para poder atender aos inúmeros encargos que aumentam dia a dia, em todos os setores, e um dos que são afetados, é a impossibilidade de manter as estradas do interior, em condições de tráfego, o que muitas vezes ocasiona grandes perdas de safras.

Em segundo lugar, com o aumento das estradas asfaltadas em nosso Estado, os distritos rodoviários dedicam-se praticamente à conservação dessas rodovias, com grande prejuízo das estradas vicinais municipais.

Em verdade, existe o PRÓ-SAFRA, programa que vem dando apoio às Prefeituras, tanto na abertura de novas estradas quanto na construção de pontes de madeira, de pontes mistas, mas ainda é pouco, para que o fruto do trabalho do agricultor, chegue com mais segurança, maior rapidez e eficiência ao consumidor.

É com o intuito de agilizar e visando socorrer às Prefeituras, especialmente as de médio e pequeno porte, é que oferecemos a sugestão da criação do Programa de Apoio ao Agricultor (PROA).

A estrutura do PROA é simples, pois seria aproveitada a mesma dos distritos rodoviários, onde as patrulhas técnicas e de equipamentos ficariam. Estas patrulhas atuariam nos municípios abrandidos pelos distritos, dentro das propriedades, e os trabalhos seriam feitos em ritmo de 'rush', passando por todo o município, e só então passariam a outras comunas.

Por outra parte, ofereceriam uma assistência ou assessoria técnica aos funcionários das Prefeituras, que geralmente carecem de elemento humano, por falta de recursos para poder contratar pessoal especializado. O PROA, a nosso ver, é uma necessidade urgente tanto para responder ao apelo que a Nação faz, quanto para aliviar a sobrecarga que pesa sobre os municípios, mas sobretudo é indispensável para aliviar o nosso agricultor, que muitas vezes perde o trabalho na hora de comercializá-lo, por não poder sair de sua propriedade.

Temos certeza que o Governo Ney Braga, que tem feito ingentes esforços, atenderá o nosso pedido e o nosso apelo, e proporá para exame desta Casa, a criação do Programa de Apoio ao Agricultor.

Temos certeza que este programa virá para dar melhores condições de tráfego, principalmente nas rodovias municipais do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Quero encaminhar à Mesa um requerimento, reiterando posições adotadas de há muito por este Parlamentar e por outros desde a legislatura passada.

É vazado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado, as seguintes informações:

1) Quando será entregue ao Estado o imóvel onde está localizada a Companhia Estearina Paranaense, no Centro Cívico?

- 2) Por que não foi entregue em agosto de 1.979, conforme prazo contratual?
 - 3) O Estado do Paraná ainda deve algo àquela Companhia?
 - 4) Caso contrário, quando liquidou sua dívida?
 - 5) Qual o montante de juros e correções pagos além do valor da avaliação?
- Sala das Sessões, em 20 de março de 1.980
(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Desde que o Governo anterior adquiriu diretamente o imóvel onde está localizada a Cia. Estearina Paranaense, temos estranhado a falta de entrega daquela propriedade.

Temos ciência, através de documentação que nos foi entregue pelo Líder do Governo nesta Casa, de que além do preço inicialmente avançado, foram pagos juros e correção monetária.

Por outro lado, o prazo de entrega do imóvel teria vencido em agosto de 1.979.

Ouve-se falar em aproveitamento daquelas instalações para creches, escolas, etc, mas, na realidade, seu uso continua sendo para confeccionar velas.

Se a propriedade não mais pertence à vendedora, a qual recebeu seu preço acrescido de juros e corrigido em bases brutais, como pode o Estado tolerar tal situação?

Como se não bastasse, o poluente odor que emana da fábrica continua a irritar todos que habitam ou se dirigem diariamente à área do Centro Cívico.

A resposta aos quesitos formulados, agora já pertencem ao povo de nosso Estado, que tem direito a uma satisfação sobre o que realmente está ocorrendo.

Esclarecemos que o pedido de informações formulado anteriormente por este Deputado foi denegado pela maioria de votos dos partidários do Governo."

Esperamos que haja uma racional compreensão e as respostas sejam dadas a este Parlamento, para que se esclareçam os motivos, as razões plausíveis que envolvem esta demora na entrega deste imóvel, para que ele seja destinado às instituições a que foi naturalmente objeto da desapropriação.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eleições municipais em 1.980 vem sendo um tema dos mais polêmicos, quando inclusive o Governo e suas mais expressivas lideranças, buscam convencer o povo de que realmente desejam as eleições.

Diversos têm sido os pronunciamentos de líderes governistas e do próprio Ministro da Justiça, no sentido de que dependendo do Governo, as eleições de 1.980 seriam realizadas.

Ocorre, e isso já dissemos aqui mesmo desta tribuna, que as oposições resolveram pagar para ver.

Tanto é que está tramitando no Congresso um projeto de lei que tem como objetivo a realização das eleições neste ano, facilitando tais eleições, ao permitir que as Comissões provisórias dos partidos em organização possam lançar candidatos em todos os municípios brasileiros.

Ontem, foi o dia de conferir!

Ontem, na Câmara Federal, mais uma vez ficou provado o blefe do Governo.

Um requerimento dos partidos de oposição, pedindo urgência para o projeto que facilita a realização dos pleitos municipais não foi acolhido pelo Partido Governista que, correndo do plenário para não dar "quorum" e votar a matéria, acabou na verdade fugindo das eleições.

Com a manobra da retirada dos Deputados do Arenão

de plenário, impedindo a urgência do projeto que iria assegurar a realização das eleições este ano, assume o Arenão total responsabilidade pelo adiamiento do pleito e pela prorrogação dos mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores.

Mais uma vez fica comprovado que a ARENA apenas trocou de nome, mas continua servindo o Governo da mesma forma, confundindo o apoio que deve ao Governo com a obrigação de lhe poupar riscos eleitorais. Assim deverá continuar sempre.

São contra a sublegenda, mas apoiam a sublegenda para servir ao Governo. São a favor das eleições diretas, mas votam contra a Emenda Lobão apenas para servir ao Governo. São contra a prorrogação dos mandatos, mas facilitam esta prorrogação apenas para servir ao Governo.

Esquecem, no entanto, que é de manobra em manobra que vão se afastando cada vez mais do povo.

Aliás, no momento político atual, com reformas, mudanças, democracias pregadas em nome de uma abertura prometida, o grande esquecido tem sido o povo.

O povo que tudo acompanha, examina, pensa, busca explicações e se prepara para no momento certo dizer também de sua opinião.

É como dizia num passado distante, uma velha raposa política: Ninguém perde por esperar!.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando empreendemos uma luta partidária através da abertura política para atingirmos a redemocratização do País, dentro dos objetivos nobres do Governo Federal; quando voltamos objetivamente ao trabalho partidário para solidariedade e harmonia; quando visamos a melhoria social de nosso povo ao encaminhar nossos esforços para o desenvolvimento do País, com a criação de empregos pelo empenho junto à industrialização; reafirmando que a segurança do emprego é o esteio para a estrutura da família; quando as nossas esperanças se renovam para o fortalecimento de nossos ideais de bem servir à comunidade brasileira; quando prosseguimos na linha política que firmamos em 68, entregando à ARENA como candidato a Prefeito de Ponta Grossa, com o fundamental propósito de combater os subversivos, corruptos e demagogos; quando acreditamos que a abertura política virá ou viria fortalecer o regime democrático, com a criação de quatro ou cinco partidos políticos talvez, onde os detentores de mandatos políticos já ingressaram, em grande parte, dentro de suas convicções partidárias e políticas, repito; quando uma grande parte dos políticos, prefeitos, deputados, vereadores que passaram do Partido da Oposição para o Partido do Governo, ou vice-versa, substanciaram suas decisões não só dentro da filosofia política que vinham norteando, como também por lealdade e, acima de tudo, pelo reconhecimento da capacidade de governantes e ex-governantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tudo portanto, seria uma esperança a mais para a Nação brasileira no combate à corrupção, no combate à inflação, na volta à democracia, na segurança de manter o desenvolvimento do País, para que o nosso povo possa melhorar e usufruir de sua capacidade de trabalho em prol da garantia de sua própria família.

No entanto, há os senões. Os senões capazes de destruir todas as nossas esperanças. Capazes de destruir e afundar no seio do povo brasileiro a tábua de salvação que tantos brasileiros almejam, desejam e anseiam.

Quanto sentimos que na arregimentação de representantes para o Partido Democrático Social não se observa os critérios normais de comportamento do político na filosofia governista, atraindo políticos que nunca irão defender os ideais reais da estrutura governista. E afirma-se continuamente: Vamos

esquecer o passado. Como se esquecer o passado fosse apenas mudar de roupa.

Onde fica nossa tradição? Onde fica o nosso comportamento não só político, como social, que trazemos através de gerações e nos orgulhamos muito deste passado.

Quem quer esquecer o passado, quando é o passado a razão de nosso viver? Quem realmente quer esquecer o passado são os corruptos, são os subversivos, são os ladrões, são os imorais, são aqueles que sempre usaram as distorções, as calúnias, o menosprezo aos bem-intencionados, como instrumento para atingir os seus objetivos, iludindo o povo, iludindo a Nação, iludindo amigos e correligionários, com o propósito único de usufruírem condições, para continuidade de seus despropósitos, contra nossa gente, contra nosso País.

Realmente nessa arregimentação, é esquecido o passado, é esquecida a lealdade de uns, em favor da traição de outros; são esquecidos os dotes morais de uns, para corrupção de outros; é esquecido, efetivamente, o que é muito mais importante na vida de um cidadão: o seu passado.

Que desilusão, nobres Deputados, que todas as nossas atitudes políticas, coerentes, honestas e comunitárias, sejam esquecidas; que tudo que fizemos e realizamos em prol do nosso Povo, do nosso Município, e do nosso Estado, seja colocado em plano secundário, face à decisão de aceitar o ingresso de pessoas envolvidas em atos escusos.

Quando é realidade a abertura política, os oportunistas vêm usufruir de vantagens, de pular de galho, sentar em cadeiras mais cômodas, em função das vantagens que possam usufruir aos seus interesses próprios e de seus grupos econômicos.

Não há quem possa negar a intromissão dos degenerados na política, e que assinam a sua filiação. Entretanto, é criticável, e eu critico, com toda a veemência daqueles que os aceitaram sem as distinções necessárias.

E como fica o povo, o homem que vota, aquele que hoje tem o descrédito da classe política? É o caso real, evidente que pode ter contestações na minha cidade.

Para resumir este capítulo da novela que desencadeari nesta Assembléia, conforme já levei ao conhecimento de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, desde os primeiros meses de seu governo. Qual seria o título? "Corruptos ou corruptores vêm ao Palácio de braços dados com os traidores da ex-ARENA-2", na legalização do comportamento político firmado em 1.976, quando a camarilha do Deputado que tem assento inexpressivo nesta Casa de Leis, foi trabalhar, de mangas arregaçadas, pelo MDB, nos comícios do Prefeito de Ponta Grossa, em 1.976.

É pena que o Deputado que nós queríamos dirigir estas palavras, ficou dois minutos e já saiu do plenário.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O homem, ao longo de sua existência, por milhões de anos, no anseio pelo progresso, interveio na natureza, não se importando com as conseqüências das atividades que tinham apenas um único objetivo: o lucro.

Os equilíbrios biológicos foram modificados, esqueceram-se de que os bens humanos também fazem parte da ecologia, e que a espécie humana, com toda as suas faltas, precisa ser conservada também.

E, hoje, segundo José Maria Munhoz da Rocha, "o comprometimento do meio natural, triste característica do homem moderno, é tão assustador, quando o arsenal de armas nucleares das grandes potências."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna, neste momento, para expressar a minha insatisfação e o meu protesto

ante o noticiário da imprensa nesta quinta-feira, dando conta de que está nos planos do Ministério das Minas e Energia a implantação na região sul do País, de uma usina nuclear, e desde já propomos a união de todos os paranaenses, através das associações de classe, de representação política, social, religiosa ou administrativa, no sentido da organização de um movimento de opinião popular, de protesto, pelo menos na região paranaense, contra a presença de uma usina nuclear.

Em princípio não podemos aceitar como não estamos aceitando as definições de que o programa nuclear brasileiro é a solução para a geração de energia elétrica no ano 2.000.

Não nos aliamos ao lado daqueles que defendem o crescimento econômico a qualquer custo, porque este seria, pura e simplesmente, transferir para as gerações futuras, os ônus da deteriorização do meio ambiente.

Os exemplos que tais programas nucleares nos deram e estão sendo dados em países desenvolvidos neste campo, recomendam uma mudança de mentalidade, haja visto os recentes acidentes nucleares nos Estados Unidos e na Holanda, cujas populações viveram dias de pânico, face à irradiação nuclear que ameaçou vastas regiões, e se isto acontece em países com sofisticada tecnologia, o que há de se esperar do Brasil, que passou agora a dar os seus primeiros passos neste controverso campo.

Há outras implicações em torno do problema. Sérias implicações, por sinal. Uma delas, o da poluição ambiental. Hoje as radiações diversas estão enquadradas entre os 10 maiores poluentes da humanidade.

Estas radiações são produzidas pela utilização da energia nuclear, tanto para fins industriais, como é o nosso caso, como para fins bélicos.

Há que se lembrar também, que os reatores atômicos representam um grave perigo para a água e para os seres que nela habitam, porquanto a água utilizada para a refrigeração dos reatores nucleares é canalizada para os rios e estes correm em direção ao mar, causando elevação térmica no subsolo da água, diminuindo a quantidade de oxigênio e aumentando o grau de veneno das substâncias que já possuem natureza tóxica, que é a poluição térmica.

Segundo o médico José Maria Munhoz da Rocha, pesquisador dos problemas ambientais, a elevação da temperatura, turva a água e impede a conveniente penetração da luz solar, favorecendo assim, o crescimento de algas perniciosas. As temperaturas excessivas transformam o equilíbrio biológico da água e destroí a vida.

Por isto, desde já, mesmo antes da confirmação oficial, mas dada a confiabilidade que tenho aos órgãos de imprensa, desde já repito, expresso preocupação ante a possibilidade de o Paraná vir a sediar uma usina nuclear.

Cito aqui o que o jornalista Paulo Marins escreveu hoje a respeito do assunto. "Os cariocas e os paulistas, justo na área de maior concentração demográfica do País, devem estar desconfiados com os "benefícios" de Angra dos Reis, que é uma segurança às vésperas, pois não considerou o principal, que são as pessoas perto dela."

Não bastasse tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não devem esquecer os defensores do programa nuclear brasileiro, que o Paraná é um Estado rico em potencialidade hidroelétrica: aí estão as usinas de Foz do Areia, Foz do Chopin e logo mais, a Usina de Segredo, e assim mesmo, não estará esgotado o potencial energético do Rio Iguaçu.

Concluindo, Sr. Presidente, é de se lastimar que as gerações futuras poderão comprovar a nossa assertiva, a nossa resposta ante este plano, que continuem sendo recomendados e defendidos os projetos de usinas nucleares no Brasil, um País que está construindo a maior usina hidrelétrica do mundo, um País que, comprovadamente guarda ilimitados recursos hidrelétricos, ao longo de seu imenso território.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem viver, verá. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação assiste sem ter sido consultada a um quadro novo, a formulação de novos partidos. O Estado autoritário procura se manter no Poder cumprindo uma lição histórica, a essência de um regime forte e a tentativa de perpetuação no Poder.

O quadro pois não é novo, repete-se enfadonhamente há quase 16 anos. Casuismo após casuismo, esquecido do povo o autoritarismo com muita maestria e pouca sensibilidade, vai se mantendo no Poder. Aumenta porém a distância entre os objetivos dos detentores do poder, e as necessidades e anseios populares. Há um verdadeiro divórcio entre o Estado e a Nação, formou-se um autêntico sentimento de oposição nacional.

De nada valerão os casuismo, elaborados a partir dos gabinetes palacianos. O divórcio entre o que deseja o poder e o que anseia a Nação, gerou em toda a sociedade, uma falta de credibilidade em relação aos poderes institucionalizados.

O Poder Executivo, unitarista e centralizador, dentro de uma República dita federativa, não consegue a adesão popular nem no plano emocional e muito menos no plano racional, porque a sociedade sabe que muito mais forte que o poder formal, existe um poder paralelo denominado sistema, que realmente estabelece as normas a serem seguidas pelo poder formal. As instituições se ressentem da credibilidade popular, não se acredita no modelo político, no modelo econômico e no modelo social, implantados a partir de 1.964. O Poder Legislativo que deveria ser a caixa de ressonância dos anseios populares, teve grande parte de suas atribuições e prerrogativas, arrancadas por ato de força de um executivo cada dia mais forte e simples executor das determinações de um poder paralelo, forte e absoluto a ditar normas balisando os destinos da Nação. A insegurança do cidadão aumentou na exata proporção em que o Poder Judiciário não consegue a plenitude de seu exercício, fazendo do recurso da justiça, por parte do cidadão, uma comprovação reiterada de frustração, dispendiosa, morosa e privilegiante foi tornada a justiça por um sistema elitista e absoluto.

O País assiste estarecido a grosseira divisão de sua sociedade em duas grandes categorias; a primeira uma classe minoritária e excessivamente minoritária, cada vez mais minoritária e paralelamente cada vez mais poderosa, dominando e oprimindo uma segunda classe, majoritária e desvalida, e por isso, acen tuadamente descrente nas instituições que privilegiam a minoria e oprimem a grande maioria nacional.

A violência está tomando conta da sociedade. A insegurança individual e social, é a grande marca dos dias de hoje. A classe média está apavorada, pois dela está a se exigir uma soma de preocupações para as quais se sente despreparada e insegura, dentro de uma sociedade de consumo que consegue dos bens sociais como: educação, saúde, lazer, cultura, bens de consumo, cada vez mais honerosos e por isso distantes de seu orçamento.

O estudante sabe intuitivamente que é lançado dentro de um modelo educacional falido que o forma para um mercado de trabalho inexistente e problemático. Sabe ainda que tal modelo é mais que tudo um instrumento a mais da classe dominante, visando a domesticação do educando, preparando-o para servir aos interesses da minoria dominante sem lhe dar instrumental para uma verdadeira promoção, como indivíduo e como integrante de uma classe popular. Daí a inquietação e a perplexidade do estudante e de suas famílias, que vêem ao lado de um modelo educacional ultrapassado fornecer uma indústria

da educação em mãos de empresas absolutamente leigas, vinculadas ao domínio da elite dominante, fazendo da educação um grande super mercado consumista.

A classe trabalhadora, oprimida e humilhada, tem que carregar em seus ombros os efeitos nefastos de uma política econômica, voltada para os interesse multinacionais.

Os camponeses são tangidos de suas terras e expulsos de sua área cultural para favorecer a um modelo de exploração econômica, voltado para o mercado externo. Abunda a mão-de-obra desqualificada e descolocada, passando o domínio fundiário a poucas mãos, totalmente dependente do capital e do domínio exterior no tocante a fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos, além de comercialização onde os custos de produção sobem em progressão geométrica, enquanto o rendimento não chega a acompanhar as taxas de inflação e as necessidades reais de consumo.

Inverteu-se a relação cidade-campo. Este se esvazia diariamente enquanto aquela incha, não conseguindo absorver o excedente demográfico que nela se apinha.

Vive-se, pois, um clima de inquietação e insegurança em todo o País. A delinqüência caminha ao lado da marginalização social. Quantos milhões de menores carentes e abandonados estão nos dando uma imagem negativa dos dias do amanhã. Como suportar a inversão da relação cidade-campo em apenas 20 anos? De quarenta por cento da população, as cidades brasileiras são obrigadas a suportar um índice de setenta por cento de toda a gente brasileira, encarapitada nas grandes cidades.

O modelo político é fruto de um pacto social ilegítimo onde a elite dominante serve a interesses que não suportam o debate democrático mais amplo e franco, materializado em eleições gerais, livres e diretas, instrumento hábil de qualquer tipo de manifestação popular.

O setor econômico tem um modelo destinado à concentração de renda e de poder, enfraquecendo as forças nacionais e fortalecendo o poder decisório de forças externas sobre nossa soberania que está sendo afetada em todos os campos. No fundiário, com milhões de hectares sendo dominados por grupos econômicos estrangeiros, enquanto trinta e seis milhões de lavradores não possuem terra e os que as possuem estão em uma dependência que vai da comercialização ao preparo e custeio da lavoura e esta voltada, não para as necessidades fundamentais do povo mas sim para as precisões de uma balança de pagamento comprometida com as necessidades das empresas multinacionais em seus investimentos, originando uma dívida externa imensa e galopantemente crescente, a comprometer, mais uma vez a nossa soberania; observamos aí uma das grandes contradições estruturais mais gritantes.

Tanto na área de serviços e transferência de conhecimentos a sobrecarga nacional é tão grande que não se justifica a ausência dos grandes debates para uma verdadeira consulta aos reais interesses da Nação; assim, o acordo nuclear, verdadeiro abismo e atoleiro, jamais poderia ter sido adotado à revelia da Nação. O País se endivida, os grupos internacionais se enriquecem, como se todos estivéssemos em uma imensa virgem, à disposição da ganância predadora de novos exploradores, repetindo-se a mácula do colonialismo geográfico dos séculos anteriores, agora sob a sofisticação tecnológica e financeira.

A empresa nacional é posta na prensa do poderio insaciável das multinacionais, responsável pela crescente e acelerada desnacionalização - em alguns casos, total - de todos os setores da economia privada, ao lado de uma incompreensível criação de marajás modernos nas empresas estatais, responsáveis também por um aumento do montante da nossa dívida externa e pela asfixia do empresariado pátrio.

A remessa de lucros e o pagamento de empréstimos, de faturamento e super faturamento interno e externo, de conglomerados externos, sangra todo o potencial agrícola, além de não se permitir uma perspectiva do grande impasse bra-

sileiro.

Daí advém a grande chaga nacional, o enfraquecimento do nosso setor primário. Esvaziam-se os campos, incham as grandes cidades, criando em um país agrícola, as megalópoles, onde campeiam a marginalização, a miséria, a violência, a desesperança, o sub-emprego e o desemprego.

A cultura nacional se estiola e desaparece, dando lugar a traços culturais cosmopolitas.

O País, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é rico e abundante em recursos da natureza. A riqueza se concentra em poucas mãos, cujos lucros aumentam aceleradamente, enquanto a miséria se avoluma. A elite aumenta sua corte de privilégios. A tecnoburocracia, criada pelo arbítrio e pela ausência da democracia, criou um sistema de auto-proteção e de favorecimento das grandes empresas privadas e estatais, onde o enriquecimento e os favores funcionais passaram a ser o objetivo primeiro.

Servir às multinacionais e delas se servir, desservindo ao Brasil, passou a ser norma geral dos tecnocratas, quando no serviço oficial e quando fora dele, voltando ao seio do patrão que não grafa Brasil com "esse".

A opinião pública não crê mais nos detentores do Poder. Há uma crise de autoridade e de credibilidade.

O poder formal caminhava para as mãos da Oposição, mesmo com todos os pacotes e casuísmos que se pudesse inventar. Era preciso criar algo novo.

Criou-se o fato novo da reformulação partidária que, ao invés de terminar o bipartidarismo, objetivou a perpetuação do autoritarismo no poder.

Portanto, o caso não é novo; somente as aparências.

Nenhum regime permanece indefinidamente no poder, objetivo histórico de toda autocracia, sem a sua essência que é a corrupção.

Entende-se, pois, como todos os artifícios são usados para a proteção dos grandes grupos e das grandes fortunas. Os Lufallas, os Maluffs, os Jaris não aconteceram por acaso: são as flores primorosas do jardim do autoritarismo.

As vozes que se levantaram, altaneiras e patrióticas, foram silenciadas pelo arbítrio criminoso da repressão. As Operações Bandeirantes ontem e os grupos da extrema direita hoje não aconteceram por acaso. Mas as vidas, dadas em holocausto, como a de Wladimir Herzog, Fiel Filho e tantos outros, não foram tiradas em vão.

São, na palavra de Tertuliano: — a sementeira de novos idealistas.

O arbítrio e a corrupção não se esgotam num ato imperial de quem, não detendo a legitimidade do poder, pretende estender as mãos em atitude de abertura, liberalizando a fachada do regime, conservando, entretanto, sua essência e sua gana.

Não nos impressiona, pois, Sr. Presidente, o novo quadro partidário.

Não nos espanta a vontade de permanecer no poder, de quem dele se apossou pelas armas, há 16 anos; não estranhemos os meios utilizados para obtenção de maiorias eventuais e permanentes; para um regime que não é ético, todos os meios são lícitos, tanto para o fortalecimento do poder formal, quanto para aplacar as fúrias esquisitas do poder paralelo.

O PMDB, por sua BANCADA ESTADUAL, coloca sobre meus ombros, a responsabilidade de sua liderança. Falo-ei com o melhor de mim, para honrar o compromisso histórico do Partido. O grande compromisso do Partido, Sr. Presidente, é com as classes trabalhadoras, sublinhando a supremacia do trabalho, sobre os interesses do capital.

Acreditamos que é o mesmo pacto dos evangelhos, cuja mensagem é dirigida aos pobres e oprimidos; oprimida e pobre é a grande maioria do povo brasileiro.

Não se faz democracia sem eleições.

O PMDB exige o respeito ao calendário eleitoral, defen-

dendo e exigindo a realização das eleições municipais de 1.980. O pacto social brasileiro é ilegítimo, porque imposto pelas armas e mantido pelo arbítrio violento.

Vanguarda, pois, o PMDB, ao lado de todas as alternativas de Oposição, a necessidade fundamental da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que gerada pela manifestação livre das urnas populares, possa legitimar uma Constituição que represente um pacto social realmente popular.

Eis porque a nossa Oposição não será somente ao Governo. As nossas estruturas estão ultrapassadas, e devem merecer a nossa contestação, porque injustas e opressoras.

Cremos na história e no seu julgamento que o povo irá realizar.

Certo estou que as Oposições serão dignas do seu grande compromisso histórico. A vitória do povo brasileiro está mais próxima do que nunca, e lutaremos, Sr. Presidente, até o fim.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado, se me permite, gostaria de apartear Vossa Excelência e justifico, ilustre Deputado Renato Bernardi, se durante o brilhante pronunciamento que Vossa Excelência faz, e sendo o primeiro como Líder do PMDB nesta Casa, não ousei interrompê-lo para não empanar o brilho do vosso pronunciamento.

Na análise crítica que faz Vossa Excelência da realidade nacional, com a seriedade e competência que sempre caracterizou a sua conduta nesta Casa, nós, do PMDB, nos sentimos honrados, prazerosos, e ouvimos atentamente o seu pronunciamento.

Queira receber, portanto, ilustre Líder da nossa bancada, Deputado Renato Bernardi, os nossos parabéns pela seriedade, pela profundidade com que Vossa Excelência aborda em seu primeiro discurso, nesta Casa, como Líder, os problemas que afligem a Nação brasileira.

Receba, pois, os nossos cumprimentos.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço a manifestação de Vossa Excelência, que sei, representa também, o sentimento da nossa bancada. Agradeço e espero continuar merecendo esta confiança, e, acima de tudo, honrar o grande compromisso histórico do nosso Partido, que é com a história do povo brasileiro e com o nosso processo social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que acaba de fazer, falando pela primeira vez num Grande Expediente, como Líder da bancada do PMDB, nesta Casa. Vossa Excelência traçou o pensamento, que é o pensamento do nosso Partido, no campo social, político e econômico.

Realmente, tudo aquilo que foi dito o foi competência e com acerto e nós que estamos empenhados a formar o PMDB em todo o Estado do Paraná, queremos deixar aqui a nossa palavra também de estímulo, nesta caminhada que Vossa Excelência como Líder, tem que encetar.

Estamos todos unidos, nós da oposição brasileira. O diagnóstico que fazemos da sociedade brasileira, nos parece o correto. Estamos convencidos que as nossas idéias, as nossas posições realmente são aquelas que interessam à maioria da sociedade brasileira e nós haveremos de continuar essa luta, contra aqueles que usurparam o poder neste País.

Estamos sentindo a vontade do povo brasileiro, aqui vivendo no Paraná, em ter eleições diretas em todos os níveis, e eleições municipais ainda no ano de 80 e a nossa luta está sendo nesse sentido.

Lógico que gostaríamos de ter a formação dos Partidos, a partir de uma Assembléia Nacional Constituinte. A reformula-

ção partidária que está sendo imposta à Nação, é postíça, a verdadeira, seria através dessa Assembléia Nacional Constituinte que queiram ou não os detentores do Poder, será conquistada por nós todos, porque é o que interessa ao País.

Quero cumprimentá-lo pela alocução que acaba de fazer, e deixar aqui, a certeza de que realmente, aqueles que ficaram no PMDB têm um compromisso de honra com a justiça, com a liberdade e com a democracia.

Esse compromisso será cumprido, por todos nós.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer mais, que nesse pronunciamento que fazemos, o testemunho do Presidente Regional do meu Partido - PMDB —, vem, de toda forma, enriquecer esta colocação que fizemos, e de toda forma, mostrar claramente, o sentido da luta da oposição brasileira, que, basicamente, deseja um novo pacto social, representado pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a elaboração de uma Constituição que, realmente, represente os anseios da Nação brasileira.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Tão somente para, também, acrescer a minha manifestação de solidariedade ao que acabou de ser dito, tanto pelo Deputado Waldyr Pugliesi, como o Deputado Trajano Bastos, numa homenagem à sua presença na tribuna.

Mas me reporto a um outro aspecto, talvez mais doméstico, limitado e regional, mas nós precisávamos também tê-lo nessa liderança, até para nós congratularmos com aquela extraordinária resistente região do Norte Novo, porque se Maringá é uma cidade canção nós também sabemos, Deputado e me permita essa tirada um tanto quanto romântica, entender que os cancioneiros populares, muitas vezes, trazem as vertentes da verdade e a certeza das conquistas e talvez as canções de Victor Larra no Chile, e Mercedes Soza na Argentina, ou mesmo, de um Chico Buarque de Holanda no Brasil, cassados, aviltados, presos, e inclusive o primeiro assassinado, todos atingidos pelas escusas armas das ditaduras que assolam esse cone sul, mas, acima de tudo, se Maringá é cidade canção, não se fazem lá, somente louvor ao poder, não se fazem lá só canções e homenagens vantajosas e imediatistas presentes deste ou daquele. Lá há ainda resistentes. Lá há ainda cancioneiros populares, que haverão de continuar a voz da liberdade, ainda cantando as canções da justiça, ainda clamando a certeza do futuro do Brasil para os brasileiros. E Vossa Excelência tem condições de instrumentar essa ação.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer, que no tocante à minha terra e à minha cidade e à minha região, o sentimento de oposição continua cada dia mais firme, mais forte e impregnando cada vez mais a alma do povo da nossa região. Não será a ausência deste ou daquele representante, que irá tirar do povo este sentimento, porque a Nação inteira é que exige a volta da democracia efetiva ao País e Maringá não é exceção.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. RENATO BERNARDI — Concedo o aparte ao Sr. Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Renato Bernardi, quero apenas, apesar de discordar dos conceitos emitidos por Vossa Excelência nesta tarde, mas reconhecer a Vossa Excelência o direito de dizê-lo sempre. Quero congratular-me com Vossa Excelência pela sua eleição como Líder da valorosa bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

E faço em meu nome pessoal, porque tive a oportunidade de conviver com Vossa Excelência em quase toda legislatura

passada e mais amiúde, numa Comissão proposta por Vossa Excelência. Vossa Excelência na condição de Presidente e eu na de Relator, onde tentamos fazer um trabalho produtivo, para a economia paranaense.

Por conhecer Vossa Excelência e por verificar que Vossa Excelência pelo discurso de hoje vem dar um tom de grandeza à oposição paranaense, é que eu me parablenizo com a bancada que Vossa Excelência lidera.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer que, nesta função, procurarei manter sempre aquela grandeza que é uma característica da bancada do PMDB.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/79, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Miguel Couto", da Cidade de Londrina, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Vera Cruz do Oeste, do Município de Céu Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Requeiro a Vossa Excelência, a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam à chamada nominal 26 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão, apenas para apreciação da matéria.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 150/79.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Weimand.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo melhorias na estrada que liga Irati-Ponta Grossa, notadamente no trecho entre a localidade de Guaragi e Ponta Grossa.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal da Justiça, encarecendo estudos com vistas à elevação, para Entrância Intermediária, da Comarca de Iporã.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente, com cópias de seu pronunciamento ao Sr. Ministro da Previ-

dência e Assistência Social, encarecendo medidas para sanar as gravíssimas irregularidades observadas no atendimento aos previdenciários do Município de Joaquim Távora. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura e Política Rural e aos líderes do PDS, PMDB, PP, PTB e PT na Câmara Federal, encarecendo a rápida instalação da CPI da ITAIPU, bem como solicita o apoio desta Casa à iniciativa do Sr. Deputado Federal Nivaldo Krüger. — **Em discussão.**

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER., sugerindo a criação do Programa de Apoio ao Agricultor (PROA). — **Em discussão.**

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre as razões que motivaram a não entrega do imóvel onde está localizada a Companhia Estearina Paranaense. — **Em discussão.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão por 15 sessões, do requerimento que encaminha cópia da representação em que o Sr. João Veiga faz contra do Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, não sei a interpretação que a Mesa vai dar, porque não havendo quorum para a decisão, parece-me que se discute o requerimento original, só poderia a votação ser adiada se este requerimento fosse aprovado. Como não há quorum, entendo que o requerimento original é que deve ser posto em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa entende que a matéria, existindo o requerimento pendente, não irá à discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas Sr. Presidente, só poderia se o Plenário assim decidisse. Como não há decisão...

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Mas exatamente, Sr. Deputado, porque não há quorum para decisão sobre o requerimento é que fica para a próxima sessão. Discussão do original e aprovação pendente, do segundo requerimento sobre a matéria.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem) Sr. Presidente, entendendo que em matéria de requerimento não cabe retirada, suspensão da votação. Se o Deputado achar que não deve apresentá-lo já, deve retirá-lo e apresentar em época oportuna. Porque não se compreende um requerimento que não recebe parecer de ninguém nem de nada. Que seja suspensa apenas a sua votação.

Este é o entendimento que tenho, data vênica a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sr. Deputado, baseado no Regimento, o adiamento da discussão com votação, encerramento de discussão e votação por determinado processo de preferência, o requerimento depende de discussão

e o pendente é passível de adiamento de discussão da mesma.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, na questão de ordem que levantei, pretendi ajudar. Não só o autor da Proposição como a própria Mesa a resolver o impasse. Hoje não pode porque não há número para discutir o que não pode ser transferido e deve ser votado e deve ser discutido, já que tem número para discussão na Ordem do Dia.

O que eu pretendia era apenas auxiliar, inclusive, o autor da matéria, a Mesa, e a própria Assembléia a sair desse impasse.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sr. Deputado Paulo Camargo, nós entendemos a proposição de Vossa Excelência. No entanto, nós estamos seguindo exatamente por falta de quorum para decisão da matéria. Não há quorum para votar a matéria. E existe um requerimento pedindo adiamento desta discussão. O quorum, só se houver na próxima sessão...

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, pela ordem. Então, por vias indiretas, o autor consegue o seu objetivo. O que se constata é que há quorum para discussão. E essa discussão é que nós estamos pleiteando, para fazer a discussão do requerimento original. Aqui não se quer votar. Se quer é discutir o requerimento original e há quorum para isso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, questão de ordem.

Pelo que me parece, não há quorum para prosseguimento da sessão. Solicitaria, portanto, chamada nominal para essa verificação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

(Procedida a chamada) — 17 Srs. Deputados presentes. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor deputado RENATO BERNARDI apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 46/78, de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública o Serviço de Amparo e Recuperação de Indigente e Assistência Social - SARIAS, com sede e foro nesta Capital, a qual foi aprovada sem restrições. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) PRESIDENTE

SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado EZEQUIAS

LOSSO, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Renato Bernardi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 111/79 que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESQUADRÃO DA VIDA DE PONTA GROSSA, com sede na cidade do mesmo nome, a qual foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.....

aa) PRESIDENTE SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão

de Redação, sob a presidência do senhor deputado EZEQUIAS LOSSO, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor deputado RENATO BERNARDI apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 138/79 -- de autoria dos senhores deputados Fabiano Braga Côrtes e Ayrton Cordeiro, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria de Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfaras e Bandas; PROJETO DE LEI Nº 173/79 -- de autoria dos senhores deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel, que inclui no artigo 73 da Lei 7.051, de 04/12/78, parágrafo que trata da aposentadoria dos funcionários da Coordenadoria da Receita do Estado -- CREA, e dá outras providências. A P R O V A D A S. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) PRESIDENTE SECRETÁRIO